

Jornalismo investigativo e transparência pública: o caso GDI

Investigative journalism and public transparency: the GDI case

Anelise Schütz Dias¹
 Marília Gehrke²

Resumo: Este artigo discute os conceitos de jornalismo investigativo e de transparência pública a partir do Grupo de Investigações (GDI) do Grupo RBS. Por meio da triangulação de técnicas, reconstrói a história do GDI por meio de entrevista e de publicações institucionais e analisa, em três eixos, a primeira série de reportagens intitulada *Perigo no prato*, publicada em dezembro de 2016, à luz da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), com o intento de refletir sobre as potencialidades da Lei de Acesso à Informação como ferramenta útil à investigação jornalística.

Palavras-Chave: Jornalismo investigativo. Transparência Pública. GDI.

Abstract: This paper discusses the concepts of investigative journalism and public transparency based on the case of the Investigation Group (GDI, in Portuguese) of the RBS Group. Through the triangulation of techniques, it reconstructs the history of GDI from interviews and institutional publications and analyzes its first series of news reporting, entitled *Danger on the plate*, published in December 2016. Content Analysis (BARDIN, 2011) is used in order to discuss the potential of the Access to Information Act as a useful tool for journalistic investigation.

Keywords: Investigative Journalism. Public Transparency. GDI.

.....

¹ Jornalista, doutoranda e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS). E-mail: anelisesdias@gmail.com.

² Jornalista, mestrande e bolsista Capes do PPGCOM/UFRGS. E-mail: mariliagehrke@gmail.com.

1 Introdução

Inspirado no *Spotlight*³, o Grupo RBS⁴ lançou, ao final de 2016, sua própria versão da premiada equipe do jornal *The Boston Globe*. Intitulado *Grupo de Investigação* (GDI) e coordenado pelo jornalista Carlos Etchichury, reúne dez profissionais dos jornais *Zero Hora* e *Diário Gaúcho* – cujas redações foram unificadas –, da *Rádio Gaúcha* e da *RBS TV*. O grupo trabalha com quatro níveis de investigação em temas pulverizados, incluindo segurança alimentar, segurança pública e fraudes em instituições públicas e privadas⁵.

Este artigo discute os conceitos de jornalismo investigativo (KOVACH e ROSENSTIEL, 2004; NASCIMENTO, 2010) e analisa o primeiro trabalho do GDI, uma série de reportagens chamada *Perigo no prato*, que trata da venda de alimentos com agrotóxico proibido, inadequado ou acima do permitido pelas Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul (Ceasa). A primeira série de reportagens do GDI teve origem meses antes de o próprio grupo ser criado a partir de ferramentas de transparência pública. Em agosto de 2016, o repórter Carlos Rollsing assinou uma notícia sobre as metas do governo José Ivo Sartori no Rio Grande do Sul, com foco na segurança pública, a partir de dados obtidos via Lei de Acesso à Informação (LAI). Descobriu-se, à época, a existência de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre Ceasa e Ministério Público. Deu-se, então, a origem da primeira pauta do GDI, sobre o uso de agrotóxicos.

Este é um estudo de caso empreendido a partir da triangulação de técnicas e métodos de pesquisa quantitativos e qualitativos (FLICK, 2009). A triangulação permite o acesso a diferentes ângulos passíveis de observação, além da aquisição de dados complementares e convergentes. Em uma primeira etapa, reconstruímos discursivamente a criação do GDI. Para tal, foi realizada entrevista focalizada com Etchichury e a leitura de publicações institucionais. Na sequência, reportagens da série especial *Perigo no prato* foram submetidas à análise de

³ *Spotlight* é o nome do grupo de investigações do jornal estadunidense *The Boston Globe*, que ficou conhecido por denunciar casos de abuso sexual e pedofilia por parte de padres da arquidiocese católica de Boston. O grupo se tornou mais conhecido a partir da produção de *Spotlight: segredos revelados*, de 2015, vencedor do Oscar de melhor filme na premiação de 2016.

⁴ O jornal *Zero Hora* é o principal jornal do conglomerado Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS), um dos grupos regionais mais importantes do País (FONSECA, 2008).

⁵ Até junho de 2017, quando completou os primeiros seis meses de existência, o grupo já havia publicado 22 reportagens, tendo 1,3 milhão de páginas visualizadas no site da *Zero Hora* e tendo alcançado 6,6 milhões de pessoas via *Facebook*, segundo o *Grupo RBS*.

conteúdo (BARDIN, 2011), com mapeamento das fontes de informação, as estratégias de investigação e discurso e os elementos complementares ao texto. Por fim, a partir dos resultados obtidos, discutimos como a LAI pode ser usada na investigação jornalística, a exemplo da experiência do GDI, e suas potencialidades juntamente com o jornalismo guiado por dados (TRÄSEL, 2014), cujo propósito é o uso de dados no processo desde a coleta e a análise até a visualização das informações.

2 Referencial Teórico

2.1 Investigação, transparência e uso de dados no jornalismo

A prática jornalística pressupõe apuração e checagem, mas nem sempre isso garante investigações aprofundadas. Dessa forma, não é possível afirmar que todo jornalismo é investigativo; às vezes as notícias são apenas relatos transformados em textos bem articulados a partir de informações fornecidas pelas fontes. Entre os autores que problematizam essas questões, há quem faça a distinção entre jornalismo investigativo e jornalismo sobre investigações (KOVACH e ROSENSTIEL, 2004; NASCIMENTO, 2010).

De acordo com Nascimento (2010), o jornalismo investigativo só ocorre de fato quando quem faz o trabalho de investigação é o próprio repórter. Kovach e Rosenstiel (2004) têm uma definição parecida: o que chamam de reportagem investigativa original acontece quando os próprios repórteres descobrem irregularidades por meio de documentos e observações; não raro, a imprensa dá o pontapé inicial para uma investigação conduzida pelos órgãos responsáveis. Os autores ainda discutem a modalidade de reportagem investigativa interpretativa – quando os fatos exigem aprofundamento, o jornalista tem de colocá-los em contexto para oferecer ao público a compreensão do todo.

Quando o trabalho jornalístico não se enquadra nas descrições acima, pode-se afirmar que se trata de jornalismo sobre investigações, a exemplo das pautas desenvolvidas a partir do trabalho de órgãos como o Ministério Público: “[...] há uma grande diferença entre descobrir uma irregularidade e descobrir que alguém descobriu uma irregularidade” (NASCIMENTO, 2010, p. 9). Segundo Kovach e Rosenstiel (2004), esse gênero tem se proliferado desde os anos de 1970 e um dos principais pontos negativos é que os repórteres não têm total controle sobre

a investigação, mas possuem acesso apenas a uma parte dela. Os autores consideram vazamentos de informações uma vertente do jornalismo sobre investigações.

A redemocratização do Brasil e as eleições diretas para presidência da República, em 1989, e a independência entre os poderes são fatores que, segundo Nascimento (2010), têm potencial para incentivar o jornalismo investigativo. Outro ponto que o autor cita é o surgimento da internet, mais acessível a partir da metade dos anos de 1990, e com ela a maior facilidade de obtenção de registros de gastos do governo, listas com financiadores de campanhas, informações sobre patrimônio público e outros. Com a presença de bases de dados robustas, de fácil acesso, o possível cruzamento das informações deveria contribuir para a evolução do jornalismo investigativo.

Principalmente nos Estados Unidos, repórteres passaram a empregar bases de dados no processo de apuração na década de 1970 (COHEN, HAMILTON e TURNER, 2011), embora a popularização do uso de computadores nas redações tenha ocorrido uma década mais tarde. Antes desse período, havia iniciativas pontuais de emprego de computador no jornalismo. Uma delas, conhecida como o marco inicial da Reportagem Assistida por Computador (RAC), ocorreu em 1952, quando a rede de televisão estadunidense *CBS* tentou prever o resultado da eleição presidencial com base em resultados parciais (BOUNEGRU, 2012).

Já em 1967, ano em que ocorreram os protestos de parte da população negra de Detroit, também nos Estados Unidos, o repórter Philip Meyer, à época no jornal *Detroit Free Press*, teve a ideia de aplicar técnicas de pesquisa social e estatística a partir de amostra populacional e pesquisa de campo para tentar identificar as reivindicações que originaram aquela mobilização. Naquela oportunidade, o computador foi empregado para fazer os cálculos. Esse tipo de prática foi chamado por Meyer (2002) de jornalismo de precisão – em 1973 ele publicou, pela primeira vez, livro com o mesmo nome.

Os primeiros relatos de uso de computador no jornalismo são pontuais, mas tanto o jornalismo de precisão quanto a RAC possuem em suas raízes procedimentos que sustentam o jornalismo guiado por dados (JGD), como aponta Träsel (2014). Esse termo ficou mais conhecido a partir dos anos 2000 (CODDINGTON, 2014) e representa o uso de bases de dados como ponto de partida e razão de ser do conteúdo jornalístico. O JGD, também conhecido apenas como jornalismo de dados (*data journalism*, em inglês), tem relação com o jornalismo

investigativo, do qual é considerado uma vertente por Crucianelli (2013).

Um dos fatores que contribuiu para o desenvolvimento do JGD pelo mundo e também no Brasil foi a ampliação em iniciativas de transparência pública e a liberação de repositórios públicos de dados. Em 2009, o governo dos Estados Unidos, na administração de Barack Obama, lançou seu portal de dados públicos com informações de diversos setores, como saúde, agricultura, população e comércio (ROGERS, 2013). No Brasil, um dos marcos em direção à transparência foi a Lei de Acesso à Informação (LAI), em vigor desde maio de 2012.

Ainda que a própria Constituição de 1988 preveja em seu artigo 5º, inciso XXXIII, que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral [...] ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado” (BRASIL, 1988, s.p.), a LAI parece ter dado mais visibilidade à possibilidade que os cidadãos têm de obter informações de interesse público. A LAI pressupõe a transparência ativa, na qual a divulgação de dados que possam interessar a população, por parte de órgãos públicos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário é a regra; o sigilo, a exceção. Além disso, a criação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) permite que as pessoas solicitem ao órgão responsável dados que não estão disponíveis nos repositórios. Há prazos para as respostas.

Quatro anos depois de a LAI vigorar no Brasil, a presidente Dilma Rousseff assinou o Decreto Nº 8.777, que institui a Política de Dados Abertos do governo federal, com o objetivo de ampliar a transparência pública. Conforme o inciso II do artigo 2º, dados abertos são acessíveis ao público e estruturados de modo que possam ser lidos por máquinas e disponibilizados sob licença que permita sua livre utilização creditada a autoria ou fonte. O decreto se aplica somente à esfera federal do Poder Executivo, mas é um avanço em direção à oferta de dados abertos e iniciativas semelhantes.

3 Do método e das unidades de análise

A triangulação de métodos e técnicas de pesquisa foi a escolha metodológica desta pesquisa. Trata-se de uma tentativa de, ao combinar métodos e técnicas quantitativas e qualitativas, expandir a abrangência da coleta de dados (FLICK, 2009). Para tal, nos valem de entrevista e da leitura de publicações institucionais para reconstruir a trajetória do *Grupo de*

Investigações (GDI), do Grupo RBS. A entrevista focalizada na criação e na atuação do GDI foi realizada com o coordenador do grupo, o jornalista Carlos Etchichury, na sede da *Zero Hora*, em Porto Alegre. Na sequência, aplicamos a análise de conteúdo, proposta por Bardin (2011), na primeira série de reportagens produzida e publicada pelo *Grupo*. O *corpus* consolidado abrange as seis partes do especial *Perigo no prato*, publicado em 5 de dezembro de 2016. São elas: 1) Mal Invisível; 2) O acordo; 3) Os Riscos; 4) Legislação; 5) Contrabando; 6) Respostas. A série é assinada pelos jornalistas Carlos Rollsing (*Zero Hora*), Fábio Almeida (*RBSTV*), Humberto Trezzi (*Zero Hora*), Jeniffer Gularte (*Diário Gaúcho*) e José Luis Costa (*Zero Hora*). As fotos são de Mateus Bruxel e a edição de Carlos Ismael Moreira e Juliana Jaeger. O *design* de Diogo Perin e a edição dos vídeos que acompanham as reportagens é de Bruna Ayres. O trabalho foi realizado sob a coordenação de Carlos Etchichury.

Além do interesse nesta iniciativa pioneira que é o GDI, é preciso reconhecer a relevância da *Zero Hora* enquanto objeto de estudo. Embora o Grupo pertença à RBS e tenha como proposta a reunião dos principais talentos de cada veículo, é na sede da *Zero Hora* (que agora também divide o espaço com a redação do *Diário Gaúcho*) o local em que está concentrada a maior parte dos repórteres do GDI. Investigar a iniciativa é também olhar para o trabalho da *Zero Hora*, que é um jornal de referência no estado “[...] por pertencer ao principal conglomerado de comunicação gaúcho, RBS, um dos grupos regionais mais importantes do Brasil e um dos pioneiros na implantação de inovações sugeridas pelas respectivas etapas capitalistas” (FONSECA, 2008, p. 26). A própria metodologia do GDI, como uma forma de melhorar a qualidade da cobertura jornalística produzida pelo *Grupo RBS* e também como uma estratégia mercadológica que o diferencia dos demais, é um exemplo disso.

3.1 Do surgimento do Grupo de Investigações (GDI)

Para o jornalista e coordenador do *Grupo de Investigações* (GDI) da RBS, Carlos Etchichury, foram três os aspectos que resultaram na criação do Grupo. O primeiro é o histórico de investigações jornalísticas de qualidade, produzidas por repórteres do grupo, muitos deles premiados e reconhecidos na comunidade por conta desse trabalho, como os por ele citados Cid Martins e Giovani Grizotti. Também lembra de Jonas Campos e Fábio Almeida quando reflete sobre as investigações desenvolvidas na RBS ao longo da história. O segundo aspecto

é o movimento no sentido de unificação do grupo: “existe toda uma visão do Grupo RBS de que o grupo é um todo, não é mais uma TV, um rádio e um jornal que se articulam. Não. É o Grupo RBS que produz conteúdo e esse conteúdo é produzido em diferentes plataformas” (ETCHICHURY, 2017). O terceiro aspecto é a aposta em produção de conteúdo de qualidade como forma de garantir a subsistência enquanto negócio de comunicação: “Então, tu juntas essas três questões - a história, o movimento do grupo rumo a uma empresa só, a um grupo só, e tu tens a ideia de que é o conteúdo de qualidade que vai nos diferenciar - e é meio que natural a criação de um grupo como o GDI” (ETCHICHURY, 2017). Sobre o contexto de criação, o coordenador do GDI relata que a iniciativa partiu de uma provocação da hoje vice-presidente de conteúdo (jornais, rádio e televisão), Andiará Petterle, como uma estratégia do Grupo:

Então é uma provocação dela no seguinte sentido: vamos criar um grupo de jornalismo investigativo, diferenciado, que articule as diferentes plataformas e jornalistas de outros veículos. E esse grupo, blindado pela redação, é um grupo capaz de produzir matérias investigativas à semelhança do *Spotlight*, por exemplo. Também surge num contexto de *Spotlight* (ETCHICHURY, 2017).

A ‘provocação’ por parte da vice-presidente de conteúdo e também do CEO da RBS Mídias, Cláudio Toigo, chega na *Zero Hora*, veículo no qual começa a ser articulada a ideia de um grupo de investigação pela Diretora de Jornalismo da ZH, Marta Gleich:

A Marta Gleich é a diretora de jornalismo da ZH e aí começa a articular, se monta então um grupo com quatro pessoas dentro da redação da Zero Hora. O Rodrigo [Lopes], o Humberto Trezzi, o Carlos Rollsing, o José Luis Costa e a Adriana Irion. Puxa a Jeniffer [Gularte] para ser a repórter do Diário Gaúcho neste grupo, mais três repórteres da RBSTV - Giovanni Grizotti, Fábio Almeida e Jonas Campos. E mais o Cid Martins, da Rádio [Gaúcha]. Começam a trabalhar juntos. Não no mesmo ambiente, mas articulados e começam a trocar ideias e tudo mais, sob a coordenação do Rodrigo Lopes, no primeiro momento. Depois, o Rodrigo acabou saindo e eu assumi a coordenação do grupo (ETCHICHURY, 2017).

No que tange a metodologia de trabalho, Etchichury (2017) revela que a proposta do GDI é trabalhar com quatro níveis de investigação, que envolve produção, repercussão e complementação das apurações. O primeiro é a produção em um veículo do *Grupo RBS* e a repercussão nos demais, ou seja, comenta-se o caso nos demais unidades da empresa; o segundo nível de apuração é a produção em um veículo e a publicação nos demais; o terceiro é

semelhante ao segundo, mas a ideia é que os demais veículos, que não lideraram a apuração, complementam o conteúdo produzido, a exemplo de uma entrevista que acrescenta informações aos dados já levantados; o quarto nível, considerado o ideal pelo editor, é o que pressupõe a participação dos repórteres dos quatro veículos integrados ao GDI, de modo que todos produzem, conjuntamente, e veiculem a reportagem. A série de reportagens *Perigo no prato* é um exemplo de investigação em quatro níveis executada pelo grupo. A próxima seção se dedica à análise das seis partes que compõem essa série.

3.2 *Perigo no prato*: da primeira série de reportagens do GDI

A série *Perigo no prato*, a primeira do GDI, surge em 2016, quando o repórter Carlos Rollsing tenta o acesso aos resultados dos acordos feitos em 2015 pelo Governo Sartori com suas secretarias, que estabeleciam as metas a serem cumpridas por cada órgão. Tais resultados deveriam ter sido publicados no início de 2016. Não tendo sido, o repórter submete um pedido via Lei de Acesso à Informação e recebe os resultados de várias secretarias. Dentre eles, o acordo que estimula a investigação da série:

Na parte da secretaria da agricultura, a gente descobre que uma das metas do acordo era cumprir o TAC [Termo de Ajustamento de conduta] estabelecido pela Ceasa e o Ministério Público. Ceasa, TAC, Ministério Público? A Ceasa abastece um terço do Estado do Rio Grande do Sul com hortigranjeiros. Aí o Carlos então foi buscar o TAC. Que TAC era esse? Que a gente não tinha a menor ideia de que existia. Aí descobre que havia um TAC. Esse TAC havia sido firmado entre a Ceasa e outros órgãos, mas a Ceasa era a principal, que obrigava a Ceasa a fazer pelo menos 20 exames toxicológicos de produtos vendidos pela Ceasa. 20 exames por mês para identificar se havia exagero no uso de agrotóxicos, se os agrotóxicos eram autorizados, a qualidade do produto vendido. Esses exames não foram feitos como deveria. Ou não foram feitos - foram feitos, assim... em um número muito menor do que se esperava, o que sugeria o acordo - ou não foram feitos. Ou quando foram identificados problemas não se tomou nenhuma providência (ETCHICHURY, 2017).

O TAC, por si só, já seria uma pauta interessante, de que se esperava certa repercussão. O *Grupo*, porém, ao avaliar as potencialidades da pauta, tomado pela ideia de produzir investigações de qualidade, diferentes das produzidas por outros jornais, optou por postergar a

publicação e avaliar de forma independente a extensão do problema identificado a partir do TAC:

Então, se pensou o seguinte: ‘E se a gente fizer esses exames e avaliar a qualidade desse material?’ E, aí, então, nós fizemos. Nós pegamos 20 produtos, cinco tipos diferentes de hortigranjeiros. Pegamos produtos que tinham mais problemas historicamente e levamos para o laboratório da Universidade Federal de Santa Maria [UFSM]. Escolhemos de forma aleatória as bancas que iriam oferecer os produtos e aí lá no laboratório a gente constatou que 45% dessa amostra tinha problemas. Seja por uso acima do permitido de agrotóxicos (pode usar 10 e eles usavam 20 dos agrotóxicos), seja pelo uso de agrotóxicos proibidos para aquela cultura (por exemplo, tem um agrotóxico que é permitido para batata e usavam para alface). Seja pelo uso de agrotóxicos proibidos no Brasil (que é o mais grave). Agrotóxicos banidos em muitas partes do mundo, inclusive do Brasil, que eles estavam utilizando. Então, tinha diferentes tipos de problemas, daí, então, a gente recebeu essas amostras. Aí a gente resolve o seguinte: a gente tem que mostrar de onde vem esses agrotóxicos que são proibidos. Então, nós mandamos um cara para a fronteira, para o Paraguai, negociar a compra de agrotóxicos proibidos no Brasil e mandamos outro para Livramento, para Riveira, para negociar a compra também. Foi um da TV e um do jornal. Negociamos a compra e botamos um outro repórter, que foi a Jeniffer [Gularte], para mostrar como como esses agrotóxicos acarreta problemas à saúde quando usados de forma crônica e a longo tempo (ETCHICHURY, 2017).

A partir desse histórico do GDI e do relato das condições de produção do Grupo, a análise das reportagens da série *Perigo no prato*, publicada em 2016 pelo jornal *Zero Hora*, tem como base a identificação de elementos em três eixos principais: o uso de fontes, as estratégias discursivas e os recursos incorporados para a complementação da narrativa. O primeiro, que se refere ao emprego de fontes, busca identificar pessoas e documentos acionados para a construção do texto e dos infográficos presentes nas seis etapas da reportagem. Só foram consideradas as fontes que aparecem de maneira explícita, indicando a origem dos dados e das informações.

As categorias da ficha de análise foram construídas com base nos estudos de Pinto (2000), que distingue a natureza das fontes em **pessoal** e **documental**, e Schmitz (2011), que oferece uma classificação detalhada do lugar de fala do informante. Uma das matrizes adotadas pelo autor pressupõe a existência de **fonte oficial** (função ou cargo público em órgãos mantidos pelo Estado), **empresarial** (corporações, empresas), **institucional** (organizações sem fins

lucrativos, associações), **popular** (vítima ou cidadão), **notável** (artista, político, celebridade), **testemunhal** (pessoa que presenciou um fato), **especializada** (especialista, intelectual, perito) ou de **referência** (documentos, livros, produção científica, sites, portais).

O segundo eixo de análise, centralizado nas estratégias discursivas, busca compreender táticas adotadas no texto para conferir traços de credibilidade, transparência e investigação, reforçando a ideia de compromisso do jornalismo com o público. São estratégias discursivas questões como transparência no método e uso de *off* ou câmera escondida, recorrentes no jornalismo investigativo. O terceiro e último eixo de análise tem como finalidade a identificação de recursos que complementam a narrativa textual, como o uso de fotos, áudios, vídeos, infográficos e outros. As informações dos três eixos, se repetidas na reportagem, serão consideradas apenas uma vez na ficha de análise.

QUADRO 1
Análise de *Perigo no Prato*

Fonte, função e instituição	Pessoa	Documento	Oficial	Empresarial	Institucional	Notável	Testemunhal	Especializada	Referência
Solange Cristina Garcia, doutora em Farmácia e responsável pelo Laboratório de Toxicologia da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs)									
Caroline Vaz, promotora e coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor do Ministério Público									
Laboratório de Análises de Resíduos de Pesticidas (Larp) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)									
Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) – Programa de Acompanhamento de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (Para)									
Renato Zanella, coordenador do Larp									
Lei Nº 8.137, de 1990, sobre venda de agrotóxicos e relação com o consumidor									

Lei Nº 7.802, de 1989, sobre fabricação, circulação e aplicação de agrotóxicos									
Código de Defesa do Consumidor									
Evandro Finkler, representante da Associação de Produtores									
Sérgio Di Salvo, presidente da Associação dos Usuários da Ceasa (Assucergs)									
Secretaria Estadual da Agricultura									
Estratégia discursiva e/ou de investigação: transparência no método, com uso da Lei de Acesso à Informação para obter resultados de análise do Laboratório Central do Estado (Lacen).									
Elementos de composição narrativa: fotografia, vídeo, infográfico, frase em destaque (olho), números em destaque e quadros de perguntas e respostas.									

FONTE – As autoras, 2017.

Quadro 2
Análise de *O acordo*

Fonte, função e instituição	Pessoa	Documento	Oficial	Empresarial	Institucional	Notável	Testemunhal	Especializada	Referência
Caroline Vaz, promotora e coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor do Ministério Público									
O diretor técnico-operacional da Ceasa, Ailton Machado									
Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul (Ceasa)									
Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do Ministério Público									
Acordo de Resultados do governo estadual de José Ivo Sartori									

Fernando Kappke, biólogo e diretor do Laboratório Central de Saúde Pública (Lacen)									
Lei Nº 7.802 e Decreto Federal Nº 4.074/2002, sobre fiscalização por parte do Centro Estadual de Vigilância em Saúde (Cevs) e Secretaria Estadual da Agricultura									
Vigilância Sanitária Municipal									
Centro Estadual de Vigilância em Saúde (Cevs)									
Secretaria Estadual da Agricultura									
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)									
Anvisa									
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do RS (Crea)									
Ernesto da Cruz Teixeira, presidente do Crea									
Francisco Paz, secretário de Saúde do Estado (substituto)									
Carla Steling, diretora de segurança e produto da Bayer na América Latina									
Victor Pelaez, engenheiro de alimentos e professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR)									
Jaime Brito de Azevedo, da Agência Pernambucana de Vigilância Sanitária (Apevisa)									
Paulo de Tarso, diretor técnico e operacional da Ceasa de Pernambuco									
Maviel de Souza Silva, promotor de Justiça do Consumidor de Recife									
Estratégia discursiva e/ou de investigação: Destaque para o fato de que o GDI solicitou os testes laboratoriais para detecção de resíduos de agrotóxicos em vegetais.									

Elementos de composição narrativa: Fotografia, vídeo, infográfico, quadro com perguntas e respostas, entrevista pingue-pongue e frase em destaque (olho).

FONTE – As autoras, 2017.

Quadro 3
Análise de *Os riscos*

Fonte, função e instituição	Pessoa	Documento	Oficial	Empresarial	Institucional	Notável	Testemunhal	Especializada	Referência
Karen Friedrich, doutora em Ciência e professora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)									
Nota técnica da Anvisa									
Luiz Cláudio Meirelles, ex-gerente de toxicologia da Anvisa e ligado à Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)									
Dossiê da Anvisa sobre Metamidofós									
Eloisa Dutra Caldas, professora de Ciências Farmacêuticas da Universidade de Brasília (UnB)									
Flávio Zambrone, Associação Nacional de Defesa Vegetal e Instituto Brasileiro de Toxicologia									
Wanderlei Pignati, pesquisador da Universidade Federal do Mato Grosso									
Signorá Peres Konrand, professora do curso de Nutrição da Unisinos									
Suzana Andreatta, bióloga da Secretaria Estadual da Saúde									
Solange Cristina Garcia, doutora em Farmácia e responsável pelo Laboratório de Toxicologia da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs)									
Thainá Alves Malhão, nutricionista da Unidade Técnica de Alimentação, Nutrição e Câncer do Instituto Nacional do Câncer (Inca)									

Diogo Rodrigues Carvalho, CEO da Bug Agentes Biológicos									
Estratégia discursiva e/ou de investigação: Destaque para o fato de que o GDI solicitou os testes laboratoriais para detecção de resíduos de agrotóxicos em vegetais.									
Elementos de composição narrativa: Fotografia, vídeo, texto em destaque e quadro explicativo.									

FONTE – As autoras, 2017.

Quadro 4
Análise de *Legislação*

Fonte, função e instituição	Pessoa	Documento	Oficial	Empresarial	Institucional	Notável	Testemunhal	Especializada	Referência
Daniel Martini, promotor de Justiça e integrante do fórum gaúcho de combate aos impactos dos agrotóxicos									
José Agenor Alvares da Silva, bioquímico e sanitarista, ex-diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) entre 2007 e 2013, e ex-ministro da Saúde									
Karen Friedrich, doutora em Ciência e professora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)									
Victor Pelaez, engenheiro de alimentos e professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR)									
Legislação Brasil, Estados Unidos e União Européia									
Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) – Programa de Acompanhamento de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (Para)									
Luiz Cláudio Meirelles, ex-gerente de toxicologia da Anvisa e ligado à Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)									
Estratégia discursiva e/ou de investigação: Não detectada.									

Elementos de composição narrativa: Fotografia, quadros comparativos, números (estatística) em destaque.

FONTE – As autoras, 2017.

Quadro 5
Análise de *Contrabando*

Fonte, função e instituição	Pessoa	Documento	Oficial	Empresarial	Institucional	Notável	Testemunhal	Especializada	Referência
Comerciantes de produtos ilegais anônimos (não sabem que faz parte da reportagem)									
Repórter (que aparece no diálogo)									
Polícia Federal – Dados de apreensões									
Estratégia discursiva e/ou de investigação: Viagem até as cidades que fazem fronteira Brasil/Paraguai/Uruguai; Câmara escondida; repórter se passa por comprador e não revela sua identidade; visita a estabelecimentos que comercializam os produtos ilegais que a reportagem investigava. Visita à Agropecuárias da Grande Porto Alegre. Em algumas foi verificada a venda das substâncias proibidas. Relato dos diálogos entre repórteres e comerciantes.									
Elementos de composição narrativa: Fotografia, mapa, vídeo e quadro explicativo.									

FONTE – As autoras, 2017.

Quadro 6
Análise de *Respostas*

Fonte, função e instituição	Pessoa	Documento	Oficial	Empresarial	Institucional	Notável	Testemunhal	Especializada	Referência
Caroline Vaz, promotora e coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor do Ministério Público									
Yasushi Kiriya, sócio de duas bancas na Ceasa									

Marino José Greco, gerente de fiscalização do Crea-RS									
Estratégia discursiva e/ou de investigação: Repercussão das respostas oficiais e direito de resposta aos envolvidos.									
Elementos de composição narrativa: Fotografia, vídeo, frase em destaque (olho).									

FONTE – As autoras, 2017.

A série *Perigo no prato* é composta por seis partes, que resultaram no mesmo número de quadros de análise. Ao todo, 56 fontes foram acionadas nos textos. Desse total, 35 (62,50%) são pessoas e 21 (37,50%) documentos consultados. Depois de serem classificadas quanto à natureza, as fontes foram enquadradas nas categorias propostas, podendo atender a mais de uma. Além disso, alguns informantes tiveram falas reproduzidas em mais de uma parte da série de reportagens. Podem aparecer, portanto, em diferentes fichas de análise.

Nesta série, fontes oficiais foram as mais mencionadas, em um total de 25 vezes. Em segundo lugar estão os especialistas, com 13 menções; e, em terceiro, aparecem as fontes institucionais, que são acionadas dez vezes. Em menor escala estão as fontes de referência, citadas cinco vezes; empresariais e testemunhas, mencionadas três vezes cada uma; e fontes notáveis, que não obtiveram nenhuma menção. Observou-se, ainda, que as três primeiras partes apresentam um número maior de fontes em sua composição, já que são elas que apresentam a denúncia do problema revelado pelo TAC e aprofundado pela pesquisa independente: 11, 20 e 12, respectivamente, caindo para sete no quarto texto e para três nos dois últimos.

Em relação às estratégias discursivas e de investigação, o GDI empregou a transparência no método, informando ao leitor sobre os procedimentos adotados e em relatos das conversas entre repórter e fonte e também sobre o material obtido via Lei de Acesso à Informação. A ideia de adoção da transparência no método, dizem Kovach e Rosenstiel (2004), mostra o respeito do jornalista com o leitor, que pode julgar a validade da informação, e confere preocupação com o interesse público, um dos caminhos para cultivar a credibilidade. Além disso, sendo transparente, o jornalista se resguarda contra erros e enganos por parte das fontes.

Entraram na análise, ainda, os elementos utilizados na narrativa da série de reportagens.

Nos seis textos avaliados foi observada a utilização de fotografias, vídeos, mapas, textos e números em destaque e quadros explicativos. Dados estatísticos foram empregados em infográficos, mas sua origem não ficou clara em alguns momentos.

O conteúdo jornalístico sobre agrotóxicos é uma produção de jornalismo investigativo que apresenta potencialidades para ser explorado por meio de técnicas do jornalismo guiado por dados, o que dialoga com a perspectiva de Nascimento (2010) sobre o uso de novas ferramentas no processo de apuração. Ainda que o ponto de partida tenha sido a LAI, geralmente utilizada em textos dessa natureza, poderia ser incrementada com informações de bancos de dados públicos⁶, dependendo da área a ser complementada. A partir do cruzamento de informações, seria possível, por exemplo, comparar números entre municípios e estados brasileiros.

5 Considerações finais

O artigo analisou o primeiro trabalho do *Grupo de Investigações* da RBS, a série *Perigo no prato*, a partir dos conceitos de jornalismo investigativo proposto por Kovach e Rosenstiel (2004) e Nascimento (2010). Para tal, se valeu da triangulação de entrevista e análise de conteúdo como opção metodológica. A primeira técnica, qualitativa, permitiu a reconstrução da história do GDI. A segunda escolha, a análise de conteúdo (BARDIN, 2011), permitiu a identificação de elementos divididos em três eixos principais: as fontes acionadas, as estratégias discursivas empregadas e os recursos incorporados na complementação da narrativa textual.

Percebeu-se, no trabalho analisado, um esforço de investigação aprofundado, tendo como ponto de partida uma fonte documental, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que foi obtido por meio da Lei de Acesso à Informação. As fontes acionadas, a decisão por empreender uma análise independente da que deveria estar sendo realizada pelos órgãos oficiais para a identificar a extensão do problema reconhecido e firmado em documento oficial, nos permitiram refletir sobre as potencialidades da LAI combinada a técnicas de investigação

⁶ Entre os bancos de dados públicos disponibilizados por órgãos oficiais brasileiros e que poderiam ser acionados nas reportagens estão o *DataSUS*, com informações do Ministério da Saúde sobre internações, mortalidade e outros, e a *Alice Web*, plataforma da Secretaria de Comércio Exterior, que apresenta dados de importação e exportação de produtos.

apuradas e a busca pela diversidade de fontes. É justamente nesse ponto que fica mais evidente a combinação de técnicas de jornalismo sobre investigação, considerando que já havia uma iniciativa do Ministério Público, e do jornalismo investigativo, visto que o GDI adotou procedimentos independentes de apuração do caso, como a solicitação de testes em laboratório para checar os níveis de agrotóxicos nos produtos, e as próprias entrevistas, feitas com pessoas envolvidas no caso e com especialistas, na tentativa de explicar os malefícios dos agrotóxicos. Além disso, os repórteres viajaram pelo Brasil e pela área de fronteira com outros países, como o Paraguai, dialogando inclusive com contrabandistas e mostrando como é fácil obter produtos em tese proibidos.

A credibilidade do jornalismo atribuída pelo público, as *fakenews* e o pagamento por notícias são alguns dos pontos que foram levantados pela edição 2017 do News Digital Report de 2017, do Instituto Reuters. A questão da verdade e das *fakenews* difundidas em profusão nas redes sociais tem feito com que muitos leitores passem a pagar para ter acesso às notícias online em todo o mundo. Ainda assim, menos de 50% da população dos 36 países investigados pela pesquisa confia na mídia. Para Melissa Bell (2017, s/p), co-fundadora do Vox Media, convidada pelo Instituto a comentar o relatório: “Nós quebramos a indústria de mídia porque quebramos a confiança de nossa audiência”⁷. Diante do cenário que apresenta, Bell (2017, s/p) discorre sobre proposições que nos são úteis para pensar modos pelos quais o jornalismo pode recuperar a confiança do público e continuar relevante: “nós temos que saber quem nós somos e o que estamos tentando fazer, então nossa audiência pode vir a nos conhecer e o que esperar de nós. Nós temos que desafiar a nós mesmo constantemente para construir alguma coisa que resolva o problema de nossa audiência”. Ressalta, ainda: “essa é uma escolha que nós fazemos, você pode tentar subir criando produtos pouco profundos que alcancem a todos ou pode tentar escalar criando produtos únicos e diferentes que importam profundamente a audiências leais”⁸ (BELL, 2017, s/p). É desse movimento que depende a confiança da audiência e também o

⁷ Do original, “We have a broken media industry because we have broken the confidence of our audience”.

⁸ Do original, “Finally, we have to be seized by a sense of purpose. We have to know who we are and what we are trying to do, so our audience can come to know us and what to expect from us. We have to constantly challenge ourselves to build something that solves a problem for our audience. This is a choice we all make: you can try to scale by creating a shallow product that reaches everyone, or you can try to scale by creating different unique products that deeply matter to loyal audiences.

jornalismo como negócio.

E, nos parece, ao fim desta análise, que é a isso que o GDI, enquanto uma proposta pioneira no Brasil, tem atentado. A qualidade da informação, a verificação e a apuração adequada, a diversidade das fontes, a transparência nos métodos não são nenhuma novidade ao campo jornalístico. Pelo contrário, fazem parte das expectativas dos públicos em relação ao jornalismo e também são o que firma esse sensível contrato de confiança entre público e instituição jornalística, de que fala Franciscato (2005), e que é renovado a cada nova edição do jornal. É preciso reconhecer, entretanto, que, embora não representem novidade, quando nos deparamos nos veículos tradicionais produzindo um tipo de jornalismo cada vez mais declaratório e de apuração pífia, iniciativas que apostam na reportagem investigativa de temas de interesse público são sempre relevantes e merecem atenção enquanto objeto de pesquisa. Enquanto como forma de recuperar a confiança do público e também como modelo de manutenção da comunicação como um negócio, o GDI parece uma aposta jornalística interessante e que serve de modelo para outras iniciativas semelhantes.

Referências bibliográficas

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BELL, Melissa. We broke the news media, how can we fix them? **Digital News Report Institute Reuters**, 2017. Disponível em: <<http://www.digitalnewsreport.org/survey/2017/viewpoint-we-broke-the-news-2017/>>

BOUNGRU, Liliana. Computer-assisted reporting and precision journalism. In: GRAY, Jonathan; BOUNGRU, Liliana; CHAMBERS, Lucy (Org.). **The data journalism handbook**: how journalists can use data to improve the news. Sebastopol: O'Reilly, 2012. p. 18-20.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 19 jun. 2017.

BRASIL. Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016. Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal. Brasília: Presidência da República, 11 maio. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8777.htm>. Acesso em 19 jun. 2017.

BRASIL. Lei Nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações [...]. Brasília: Presidência da República, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em 19 jun. 2017.

CODDINGTON, Mark. Clarifying journalism's quantitative turn: a typology for evaluating data journalism, computational journalism, and computer-assisted reporting. **Digital Journalism**, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/21670811.2014.976400>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

COHEN, Sarah; HAMILTON, James T.; TURNER, Fred. Computational journalism: how computer scientists can empower journalists, democracy's watchdogs, in the production of news in the public interest. New York: **Communications of the ACM**, Vol. 54, N. 10, Oct. 2011. Disponível em: <<http://cacm.acm.org/magazines/2011/10/131400-computational-journalism/fulltext>>. Acesso em 3 jan. 2017.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. **Indústria de notícias**: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS/Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

MEYER, Philip. **Precision Journalism**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2002.

NASCIMENTO, Solano. **Os novos escribas**: o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2010.

PINTO, Manuel. Fontes jornalísticas: contributo para o mapeamento do campo. [S.l.]: **Comunicação e Sociedade 2**, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, V. 14, 2000, p. 277-294.

ROGERS, Simon. **Facts are sacred**. Faber & Faber, 2013. E-book.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias**: ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.

SIERRA, Francisco. Función y sentido de la entrevista cualitativa en investigación social. IN: CÁCERES, Jesús Galindo (coord.). **Técnicas de Investigación en sociedad, cultura y comunicación**. México. CNCA/ Addison Wesley Longman, 1998.

TRÄSEL, Marcelo. **Entrevistando planilhas**: estudo das crenças e do ethos de um grupo de profissionais de jornalismo guiado por dados no Brasil. Tese (Doutorado em Comunicação Social), PUCRS, Porto Alegre, 2014.

ZERO HORA. Contrabando - Parte 5. Grupo de Investigações: Especial Perigo no Prato. Porto Alegre: Zero Hora, 2016. Disponível em: <<http://especiais.zh.clicrbs.com.br/especiais/perigo-no-prato/contrabando.html>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

ZERO HORA. Legislação - Parte 4. Grupo de Investigações: Especial Perigo no Prato. Porto Alegre: Zero Hora, 2016. Disponível em: <<http://especiais.zh.clicrbs.com.br/especiais/perigo-no-prato/legislacao.html>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

ZERO HORA. Mal invisível - Parte 1. Grupo de Investigações: Especial Perigo no Prato. Porto Alegre: Zero Hora, 2016. Disponível em: <<http://especiais.zh.clicrbs.com.br/especiais/perigo-no-prato/>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

ZERO HORA. O acordo - Parte 2. Grupo de Investigações: Especial Perigo no Prato. Porto Alegre: Zero Hora, 2016. Disponível em: <<http://especiais.zh.clicrbs.com.br/especiais/perigo-no-prato/o-acordo.html>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

ZERO HORA. Os riscos - Parte 3. Grupo de Investigações: Especial Perigo no Prato. Porto Alegre: Zero Hora, 2016. Disponível em: <<http://especiais.zh.clicrbs.com.br/especiais/perigo-no-prato/riscos.html>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

ZERO HORA. Respostas - Parte 6. Grupo de Investigações: Especial Perigo no Prato. Porto Alegre: Zero Hora, 2016. Disponível em: <<http://especiais.zh.clicrbs.com.br/especiais/perigo-no-prato/alternativas.html>>. Acesso em: 19 jun. 2017.